

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 28 de outubro de 1999

Ano 1 Nº 12

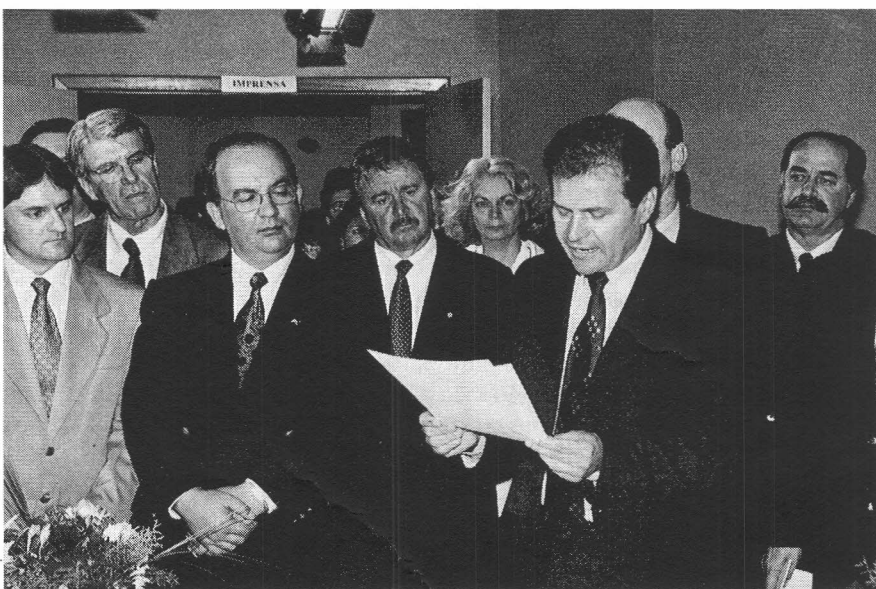
Assembléia inaugura canal de televisão

Com a presença de deputados, autoridades, imprensa e demais convidados, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), acionou na última segunda-feira as operações da TV-AL, inaugurando mais uma etapa do processo de democratizar a informação.

Inicialmente, a TV-AL estará sendo transmitida em caráter experimental, em programa de duas horas diárias, repetidas 24 horas pelas operadoras de TV a cabo de Florianópolis, Net (canal 16) e TVA (canal 65). A programação será previamente gravada, mas os telespectadores estarão sendo constantemente atualizados pelas informações das votações e demais notícias diárias, através dos caracteres que rodarão na tela. No entanto, o projeto prevê a expansão gradual para todo o Estado, com a possibilidade de flashes ao vivo, incluindo debates com participação popular.

Para Knaesel, este é mais um canal de comunicação, somado aos já existentes, para divulgar as decisões do Legislativo, atuações das bancadas com igualdade de oportunidade e respeito às opiniões. O Presidente destacou aos presentes que o uso de uma tecnologia de ponta, desenvolvida pela empresa catarinense Digilab e já adotada pelas maiores operadoras do País de TV a cabo, permitiu à Assembléia Legislativa iniciar estas operações com custos bastante econômicos. "A TV Assembléia inicia modestamente, com poucos recursos de produção, mas com o desejo de aproximar e abrir o debate com os catarinenses, que a partir de agora poderão acompanhar e opinar sobre o trabalho de seus representantes", falou.

Na oportunidade vários deputados se pronunciaram em nome de suas bancadas. Para o deputado Ivan Ranzolin (PPB), a TV-AL é uma forma democrática de divulgar o trabalho dos deputados e integrá-los à sociedade.



Presidente Knaesel implanta TV-AL

Ronaldo Benedett (PMDB) cumprimentou a Mesa dizendo que a atual administração está colocando em prática aspirações de todos os parlamentares, afirmando que "o mundo é dos que fazem". Em especial, parabenizou a equipe de trabalho da Divisão de Imprensa, destacando o trabalho da diretora, jornalista Elóia Coutinho de Miranda e Queiroz, que foi incansável nos trabalhos para a concretização do projeto.

Segundo Wilson Wan-Dall, líder do PFL, o canal de televisão vai contribuir para a transparência do Poder, sendo que Nelson Goetten (PPB), em nome da liderança do Governo, falou do aumento de responsabilidade de cada parlamentar diante do seu eleitorado. Jorginho Mello (PSDB) destacou o aproveitamento dos funcionários do Legislativo no processo da criação da

TV-AL, e Sandro Tarzan (PTB) credita a concretização do projeto à união de forças entre parlamentares de todos os partidos. Por sua vez, Jaime Mantelli (PDT) elogiou todas as conquistas da atual presidência, que elevam o Poder Legislativo Catarinense entre os melhores do País.

Neodi Saretta (PT) classifica a conquista como um somatório de forças de todas as últimas presidências da Casa, e a petista Ideli Salvatti, que delegou sua fala à ex-sindicalista e funcionária pública que é, registrou que tanto o jornal Notícias da Assembléia, editado semanalmente, quanto a TV-AL inaugurada, são provas cabais da qualidade, competência e dedicação do servidor público. "O que falta é espaço e condições de trabalho, para que todo o funcionalismo do Estado possa mostrar com plenitude suas capacidades", concluiu a parlamentar.

**Orçamento Regionalizado
encerra ciclo de audiências
públicas**

Página 3

**Eleito o coordenador da
Bancada do Oeste
na Assembléia**

Página 8

OPINIÃO

Sombrio e Turvo podem ganhar Unidade Avançada do INSS



Manifesto aqui o interesse do INSS de instalar Unidade Avançada nos municípios de Sombrio e Turvo. Relato também a vocação turística dos municípios de Balneário Gaivota e Passos de Torres. A riqueza na produção agrícola no cultivo de milho, feijão, mandioca e fumo dos municípios de Praia Grande, São João do Sul e Santa Rosa do Sul. Destaco, ainda, a indústria de calçados e madeira de Sombrio, registrando que o município possui uma

das maiores fábricas de sorvete do Sul do País. A riqueza agrícola dos municípios que compreendem a Comarca de Turvo, registrando a concentração dos maiores produtores de arroz do Estado, representando 60% da produção catarinense.

Acredito que, se de um lado registramos com muita alegria as riquezas e a força do povo do Extremo Sul, de outro temos de deixar marcado nesta Casa as dificuldades da região. A soma das populações dos municípios de Sombrio, Passos de Torres, Praia Grande, Balneário Gaivota, São João do Sul e Santa Rosa do Sul aproxima-se de 60 mil habitantes. E as populações dos

municípios de Turvo, Timbé do Sul, Jacinto Machado, Ermo, Meleiro e Morro Grande aproximam-se de 70 mil habitantes, perfazendo um contingente de aproximadamente 130 mil pessoas. Essas pessoas são obrigadas a deslocar-se quase 100 quilômetros quando precisam fazer algum encaminhamento junto ao INSS.

Entendo que a agência de Araranguá está longe de atender à demanda dos 15 municípios envolvidos, por isso, de mãos dadas com as entidades organizadas, prefeitos e vereadores, haveremos de conseguir a viabilização dessas duas unidades avançadas. Nosso otimismo baseia-se na força de movimentação desses agentes das comunidades envolvidas e na manifestação de apoio da superintendente do INSS que nos acompanhou nas reuniões que fizemos em Sombrio e Turvo onde manifestou-se favorável à instalação de unidade avançada naquelas comarcas. Já estamos mantendo contato com os nossos representantes em Brasília e com o governador do Estado para que abrace esta causa conosco. E tenho a convicção de que vamos sair vitoriosos, pois só depende de representação política para dar certo.

Deputado Clésio Salvaro (PFL)

Selo Verde: um passo em busca da qualidade de vida



Esta semana a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa aprovou um projeto de lei de nossa autoria, que institui o "Selo Verde Agrícola" no Estado catarinense. Gostaríamos de destacar que, desde a apresentação desse projeto, no início de outubro, temos obtido o reconhecimento de técnicos e pesquisadores que atuam na área da agricultura, principalmente pelo fato de essa iniciativa dar o devido valor à produção de alimentos que vêm garantir à população uma melhor qualidade de vida.

Num momento em que *produtos transgênicos* (modificados geneticamente) passaram a fazer parte do cotidiano – e motivo de grandes preocupações – em vários países, tivemos convicção de que deveríamos trazer para o Parlamento também a discussão a respeito do "Selo Verde Agrícola". Nosso projeto tem a intenção não só de buscar a qualidade, mas também é importante sob o ponto de vista econômico. Na própria justificativa,

fizemos questão de frisar que, ao tornar-se lei, a existência desse selo possibilitará a ampliação do mercado interno e externo dos produtos agrícolas catarinenses. Ao mesmo tempo, os consumidores – e os comerciantes – terão um certificado de garantia da origem do produto agrícola.

A busca de mais mercado para os produtos agrícolas, aliada à preocupação com a qualidade que deve ser oferecida aos cidadãos, tem sido tema de intensos debates em Santa Catarina. A própria imprensa tem aberto espaços significativos para reportagens que abordam a crescente descapitalização dos produtores rurais e especialmente a agricultura familiar tem sido atingida. Justamente para favorecer esse setor, especificamos, no projeto, que somente terá direito ao selo verde quem garantir a qualidade e procedência dos produtos agrícolas. Entre esses critérios está a oferta de alimentos saudáveis, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco o consumidor e o meio ambiente.

Deputado Neodi Saretta (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos,

Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Alto Vale e Vale do Itajaí batem recorde de participação no Orçamento Regionalizado

As audiências públicas do Orçamento Regionalizado de Rio do Sul e Brusque, realizadas nos dias 21 e 22, respectivamente, demonstraram a grande expectativa das lideranças políticas quanto à nova forma de distribuição dos recursos públicos, com grande participação inclusive de dirigentes universitários. Ao enfatizar que as informações sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) chegam pela primeira vez ao alcance da sociedade, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), alertou que, mesmo reconhecendo as dificuldades do Executivo com o custeio da máquina, despesas de pessoal e dívida pública, os parlamentares definiram com o governo que qualquer obra realizada em 1999 deve obedecer aos critérios estabelecidos pelo Orçamento Regionalizado.

Representando o deputado João Rosa (PTB), presidente da Comissão do OR, o deputado Ivo Konell (PMDB), vice-presidente, lembrou que a busca dos R\$ 30 milhões no orçamento do ano 2000 não impede que os parlamentares apresentem emendas à peça orçamentária. Crítico em relação aos dados do PPA, o prefeito de Ituporanga e presidente da Amavi, Luiz Hessmann (PMDB), informou que os 28 municípios do Alto Vale recebem menos recursos oriundos do ICMS que Jaraguá do Sul, e que uma comissão de prefeitos vai acompanhar a discussão e execução do plano. Já o deputado Rogério Mendonça (PMDB) disse que a região ficou com apenas 3, 51% do orçamento do próximo ano, conclamando seus pares para formar a bancada suprapartidária do Alto Vale e Vale do Itajaí.

A construção do Hospital Regional Universitário de Blumenau foi defendida por professores da FURB e pelo deputado Wilson Wan-Dall (PFL), assim como o Parque Tecnológico daquela universidade. O líder do PT, Francisco de Assis, frisou que o modelo ultrapassado de gabinetes começa a se desfazer, reiterando que espera a participação do governador no processo. Estiveram também nas audiências os deputados Heitor Sché (PFL), Nelson Goetten de Lima (PPB) e Ciro Roza (PFL).



Deputado Mendonça solicita mais recursos para Alto Vale

(foto Jonas Lemos Campos)

Grande Florianópolis define prioridades

A última audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado foi realizada nesta quarta-feira (27), no CAIC de Palhoça. Dos 23 municípios que integram a região da Grande Florianópolis, apenas 10 compareceram e entregaram as prioridades a serem incluídas no orçamento estadual do próximo ano e no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), período 2000/2003. Dos R\$ 22 bilhões previstos no PPA estadual para os próximos quatro anos, R\$ 639 milhões destinam-se à região.

A exemplo do ano passado, a principal prioridade levantada pelos municípios foi a implantação definitiva do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dióceles João Vieira, secretário do Conselho Intermunicipal do PEST, disse que há 24 anos os nove municípios que fazem parte da área do parque aguardam essa obra. “Mais de cinco mil famílias que vivem nessa área – considerada de preservação, não podem desenvolver nenhuma atividade e em consequência enfrentam graves problemas. Precisamos do empenho efetivo de todos os municípios da região para que a implantação definitiva ocorra”, afirmou. Em alguns municípios, grande parte da área territorial está dentro do parque. O maior é Santo Amaro da Imperatriz, com 63%, seguido de Paulo Lopes, com 59% e Palhoça, 54%.

O presidente da Assembléia Legislativa, Gilmar Knaesel (PPB), lembrou que até agora os municípios foram prejudicados na obtenção de recursos, mas que através de pressão dos parlamentares o governo já reservou R\$ 11 milhões para o OR do próximo ano. “Queremos chegar aos R\$ 30 milhões”, afirmou.

O deputado João Rosa (PTB) disse que apesar da decepção de quase nada ter sido realizado até agora, é preciso continuar lutando para que essa nova proposta seja completamente assimilada.

O vice-presidente da Comissão, deputado Ivo Konell (PMDB), declarou que “há enormes discrepâncias nas propostas do orçamento que o governo enviou para a Assembléia, mesmo assim o OR não pode ser abandonado.”

Francisco de Assis, líder do PT, foi enfático ao dizer que por dois anos as prioridades dos municípios não foram executadas, mesmo assim os deputados não abandonaram essa causa.

Também se pronunciaram o deputado Cesar Souza (PFL) e o prefeito de São Pedro de Alcântara, Salésio Zimmermann. O prefeito, junto com o presidente do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Dióceles Vieira, foram reeleitos conselheiro titular e suplente, respectivamente, do OR da Grande Florianópolis.

COMISSÕES

Destino dos resíduos tóxicos foi debatido na AL

Pela terceira vez, a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), promoveu audiência pública com a finalidade de debater o projeto de lei de autoria do deputado Adelor Vieira (PFL), que dispõe sobre a coleta e destino de resíduos urbanos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Um substitutivo global foi elaborado com as contribuições resultantes dos debates anteriores, com objetivo de eliminar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, frascos de aerossóis, embalagens de agrotóxicos e a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.

Participaram representantes



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Adelor Vieira, autor do projeto

da Seduma, Fatma, UFSC e outros órgãos ligados ao meio ambiente, e todos foram unânimes em afirmar que Santa Catarina necessita da instalação de um aterro sanitário para destinação de resíduos tóxicos, os metais pesados encontrados nas pilhas e baterias. Para os presentes um

avanço obtido no substitutivo é que os produtos comerciais potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias,

para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada. A representante da Fatma entende que as sanções devam ser as mesmas já previstas na lei ambiental, já em vigor.

Ao final do encontro os participantes defenderam a adoção por parte do Estado e municípios de mecanismos para a coleta e destino dos resíduos. Também ficou decidido que o grupo de trabalho, formado por representantes de entidades ligadas ao meio ambiente, irá reunir-se com a assessoria parlamentar da Assembléia para elaborar e formatar o substitutivo global para continuar sua análise na Comissão de Saúde.

Seminário Agronegócio Brasileiro

O seminário "Agronegócio Brasileiro – As negociações agroindustriais na virada do milênio", realizado na última semana em Florianópolis, na Fiesc, contou com a participação dos deputados que integram a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB). O evento foi promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras e o Ministério das Relações Exteriores.

Segundo Sorgato, o evento serviu para que os representantes das agroindústrias e do setor agrícola nacional discutissem questões relacionadas ao mercado internacional e a posição que o Brasil deverá adotar na "Rodada do Milênio", congresso que será realizado em dezembro, na cidade de Seattle, nos Estados Unidos.

"Se o Brasil, acompanhado dos países que integram o Mercosul, não se impor quanto às dificuldades de comercialização dos nossos produtos no exterior, os prejuízos serão enormes para a nossa agricultura", prevê. Ele quer que o Brasil participe do congresso com uma posição clara e firme contrária ao protecionismo europeu e americano.

E foi o protecionismo um dos principais temas debatidos no seminário da Fiesc. Os produtores brasileiros reclamam das barreiras comerciais e sanitárias impostas pelos países europeus às exportações. Para que o Brasil não continue acumulando prejuízos no exterior, o deputado sugere que, na Rodada do Milênio, os países do Mercosul defendam os interesses do bloco e lutem pela derrubada de barreiras comerciais.

Mello quer tirar dúvidas sobre bolsas de estudos

Os deputados têm recebido inúmeras reclamações de estudantes universitários, a respeito dos critérios adotados pelas instituições, quanto ao repasse dos recursos de bolsas de estudos aos acadêmicos que necessitam dessa ajuda financeira, aprovada na Assembléia, através de emenda constitucional.

Diante de todas essas dúvidas, o deputado Jorginho Mello (PSDB) teve aprovada a criação de uma Comissão Temporária Especial Externa, composta por 5 membros, que procederão visitas às 11 universidades beneficiadas pelos recursos para bolsa de estudos, crédito educativo e demais be-

nefícios. A Comissão terá um prazo de 90 dias para apresentar relatório das informações prestadas pelas fundações quanto à aplicação, destino e critérios de liberação desses recursos.

"Não estamos afirmando que existam irregularidades, mas as reclamações são muitas, e pelo trabalho que tivemos na Casa este ano para que o artigo 170 fosse aprovado, não podemos ficar sem as informações necessárias. Vamos visitar as universidades, conversar com os acadêmicos, professores e reitorias para sanar essas reclamações que chegam todos os dias em nossos gabinetes", disse o deputado Jorginho.

COMISSÕES

Agricultura solicita liberação dos estoques de milho da Conab

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB), aprovou requerimento solicitando ao Ministério da Agricultura medidas urgentes para a liberação de 200 mil toneladas de milho dos estoques da Conab, para atender aos pequenos produtores de aves, suínos e bovinos. A justificativa é que Santa Catarina produz 2,8 milhões de toneladas de milho por ano, mas consome 4 milhões, com um déficit de 1,3 milhão de tonelada.

Além disso, o preço do milho teve uma elevação de 30% em relação ao ano passado, o que aumentou os custos de produção. Para evitar a inviabilização da atividade agrícola em mais de 30 mil propriedades, os deputados querem que o governo federal libere o milho a preços compatíveis com cada região.

Esclarecimentos

Outra discussão polêmica é a inspeção sanitária no setor de suínos. Dias atrás a imprensa veiculou informações sobre a criação clandestina de suínos em lixões de alguns municípios do Estado. Nesse sentido a Comissão fez uma indicação ao governador do Estado e ao secretário da Agricultura, solicitando que sejam divulgados dados esclarecedores da real situação da pecuária no Estado, em face do efeito negativo advindo da apreensão de suínos, que trouxe muitos prejuízos à



Deputados Sander e Sorgato

classe produtora, bem como à economia e ao desenvolvimento.

Os deputados entendem que o governo catarinense é responsável pela inspeção sanitária e querem informações sobre a real situação desse problema. "Santa Catarina levou 30 anos para ser considerado zona livre de febre aftosa, obtendo com isso o direito de exportar a carne produzida no Estado – hoje o maior exportador de carne suína do País. Agora, o setor está prejudicado", afirma Sorgato. Ele lembra que o rebanho catarinense é formado por 4 milhões de cabeças e que 24 mil famílias têm na suinocultura a

principal fonte de renda. Os parlamentares dizem que a rigidez no programa de produção de suínos representa importante fator para a economia catarinense.

Audiência pública

Foi definido ainda que nesta sexta-feira (29), na Sociedade Recreativa Xaxiense, em Xaxim – Oeste do Estado, será realizada uma audiência pública com a participação de vários segmentos ligados à agricultura, para discutir sobre produtos transgênicos, enfocando principalmente os riscos à saúde humana.

Sopelsa defende mais investimentos na agricultura

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) está reivindicando ao governo do Estado maiores investimentos no setor agrícola a fim de amenizar problemas como êxodo rural e o crescimento da dívida dos produtores. "Além disso, estou certo que as melhores oportunidades de emprego estão no setor agrícola", justifica.

De acordo com o parlamentar, os R\$ 11 bilhões anunciados pelo governo federal para custeio da próxima safra deveriam ter sido liberados, já que no passado a maior fatia não chegou aos agricultores. Afirma ainda que os juros altos praticados pelo mercado são os grandes responsáveis pelo endividamento agrícola. "A dívida do setor agrícola pulou de R\$ 18,7 bilhões em 1994 para R\$ 35,7 bilhões em 1998, representando um aumento de aproximadamente 90%. Em Santa Catarina, esse valor passou de R\$

1,2 bilhão para R\$ 1,4 bilhão, no mesmo período".

O deputado estima que aproximadamente 40 mil famílias no Estado correm o risco de perder suas terras. "Precisamos de investimentos urgentes no campo. O nosso agricultor adimplente, por formação e postura, merece crédito por parte do governo. Caso contrário, a nossa produção terá uma queda e a miséria nos centros urbanos crescerá. Infelizmente o atual governo tem investido muito pouco. Espero que a situação seja revista". Para Sopelsa, uma das saídas para o setor seria a continuidade nos projetos lançados no passado. "O governo do PMDB possuía um projeto chamado habitação rural. Uma forma de manter o agricultor trabalhando na sua terra. Hoje, não tenho mais notícias desse projeto", lamenta.

Audiência sobre lixão em Laguna

Reunidos nesta semana, os membros da Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), decidiram que vão promover, em conjunto com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma audiência pública entre os dias 8 e 12 de novembro, para tratar do Lixão de Laguna. Na oportunidade, será feita uma visita ao local, sendo que o evento pode ocorrer em Laguna ou Tubarão, que com Capivari de Baixo e Gravatal formam o grupo de municípios que enviam um total de 100 a 130 toneladas de resíduos sólidos diários ao depósito.

PLENÁRIO

Nilson requer mais segurança para Joinville

Parlamentares dos mais diversos partidos e que representam Joinville na Assembléia Legislativa estiveram reunidos no gabinete do deputado Nilson Gonçalves (PFL) para definir quais as medidas mais urgentes para frear a violência que vem devastando o município de Joinville. Os parlamentares contaram com a presença do deputado Heitor Sché, também do PFL, que já foi secretário da Segurança do Estado, para ajudar no

processo.

Durante a reunião, definiram marcar uma audiência com o secretário de Segurança do Estado, Antenor Chinato, para levar um documento com uma exposição de motivos subscrita por todos os parlamentares da região. Além disso, devem organizar uma reunião, através da ACIJ e CDL, com o Comando da Polícia Militar e o secretário Chinato.

Segundo Nilson, “não tem mais como aguentar a terrível situação em que se

encontra o município. É muita violência. Temos, como demonstrativo, informações extra-oficiais dos dados sobre o efetivo em Joinville. Por exemplo, atualmente são 107 policiais civis, sendo que 88 estão nas delegacias. São 14 delegados, 12 escrivãos, 19 comissários, 55 investigadores e oito escreventes. De acordo com dados da ONU, deveria ser um policial para cada 250 habitantes. Se fizermos a conta, temos um policial para cada 4.678 habitantes

em Joinville”.

Estiveram presentes à reunião os deputados Francisco de Assis (PT), João Rosa (PTB), Jaime Duarte (PPS) e Adelor Vieira (PFL). “A intenção é encontrar um caminho, em conjunto e sem cor partidária, para resolver a situação. Há a necessidade, no entanto, de aumentar urgentemente o efetivo nas ruas, porque isso inibe aquele que pretende assaltar e a população se sente mais segura”, disse Nilson.

Pagamento a empreiteiras será feito mediante negativa de débito

A Assembléia aprovou projeto de lei de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB) que determina que as pessoas jurídicas de direito privado, contratadas pelo Estado para fazer obras, somente poderão receber pagamento mediante a apresentação de negativa de débitos tributários com os municípios onde realizaram obras ou serviços. Ocorre que

muitas empresas contratadas pelo poder público estadual para realizarem obras ou serviços nos municípios, durante sua atividade transitória, assumem responsabilidades tributárias em nível local. Após o término dos trabalhos as empresas não saldaram os débitos e os municípios ficam sem ter como fazer a cobrança, por não ter amparo legal.

Uso de agrotóxicos vai ser vigiado

Programa de vigilância epidemiológica dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxicos no Estado foi aprovado em projeto de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS). O programa será coordenado e executado pela Secretaria da Saúde, podendo estabelecer parcerias com as secretarias de saúde municipais. De acordo com a

matéria, a Secretaria da Saúde deve apresentar relatórios anuais do programa para apreciação do Conselho Estadual de Saúde. Prevê, também, que o trabalho poderá ser executado com auxílio de entidades não governamentais, como sindicatos de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas agrícolas.

Criada a Semana Estadual Antidrogas

A Semana Estadual Antidrogas foi instituída no Estado, a partir de aprovação de projeto de lei de autoria do deputado Adelor Vieira (PFL), a ser comemorada anualmente no período de 19 a 26 de junho. O governo estadual promoverá campanhas e encontros voltados para a participação da sociedade catarinense e para a conscientização da comunidade contra o uso indevido de drogas.

Em sua justificativa ao apresentar a proposta, o deputado lembrou que “os problemas relacionados com as drogas são inúmeros e evoluem dia a dia, realidade que, literalmente, é reconhecida e inquestionável. Providências que de alguma forma possam alertar os jovens e as famílias sobre este mal devem ser consideradas”, disse o parlamentar. De acordo com o projeto, está previsto o

engajamento de órgãos governamentais e entidades públicas e privadas nas atividades da Semana Estadual Antidrogas.

Mensagens

Ainda com referência ao assunto, foi aprovado projeto do deputado João Rosa (PTB), que determina a obrigatoriedade de divulgação de mensagem sonora ou visual em espetáculos e cinemas, advertindo sobre os prejuízos à saúde causados pelo uso de drogas, álcool e fumo. A mensagem deverá ser veiculada no início e ao final das sessões.

O autor esclareceu que a matéria reflete a sua preocupação, pelo conhecimento cotidiano de notícias que dão conta da existência de pessoas acometidas por doenças pela utilização de drogas. Considera que cabe ao poder público promover medidas capazes de coibir práticas viciosas.

Ranzolin preocupado com acidentes de trânsito

O líder do PPB, deputado Ivan Ranzolin, está encaminhando projeto que, por suas dimensões e amplitude, vai exigir o envolvimento de todos os setores da sociedade catarinense, no dizer do próprio autor. Trata-se do projeto Abraço à Vida: Qualidade de Vida no Trânsito, uma idéia que chegou a ganhar forma há três anos mas que, por fatores diversos, não teve continuidade e não pôde ser implementada.

Ranzolin explica que o projeto, em linhas gerais, propõe uma série de ações visando a redução dos acidentes rodoviários e melhoria da qualidade de vida no trânsito no âmbito catarinense. Ele prevê, antes de tudo, um diagnóstico da situação e a adoção de ações para atacar o problema.

O Abraço à Vida procura ser eficientemente prático e para isso fundamenta-se no princípio da parceria de todos os segmentos, instituições sociais e oficiais da comunidade catarinense. Na prática, as ações vão compreender aspectos como: eliminação de obstáculos nas margens e proximidades de rodovias, que dificultam a visão de moto-

ristas e pedestres; iluminação adequada em locais como rótulas e trevos, já que a taxa de acidentes fatais à noite é 150% maior que a diurna e reforço de sinalização vertical e horizontal.

Outras medidas incluem também, a eliminação de área de estacionamento de veículos em lugar que venha ocultar a visão dos motoristas e pedestres próximo às faixas de estacionamento; adoção de sistema que obrigue os pedestres a utilizar travessias pelas faixas especiais (controladas ou não) onde for intenso o movimento e junto aos cruzamentos; implantação de passarelas e instalação de lombadas eletrônicas e radares, fixos e móveis.

Para Ranzolin, a questão dos acidentes de trânsito não vem recebendo a devida atenção ao longo dos tempos, apesar da gravidade. "Tem sido tratada de forma aleatória, ao sabor das emoções geradas por um fato novo que, no caso, é geralmente um evento dramático", lamenta o deputado, ao defender sua proposta.

Acompanhantes em hospitais do Estado

O líder do PPS na Assembleia Legislativa, deputado Jaime Duarte apresentou projeto de lei que prevê a permanência de acompanhantes de pacientes internados nas unidades de saúde do Estado. De acordo com a proposta do parlamentar, fica assegurado o direito à entrada e à permanência de um acompanhante junto à pessoa que se encontra internada em hospitais estaduais.

"A internação hospitalar transmite ao paciente sentimentos de insegurança,

gerando um profundo desejo de estar perto de alguém que se quer bem", justificou Jaime Duarte. Para o deputado do PPS, outro aspecto importante está relacionado à idéia de cidadania redobrada que deve ser conferida àqueles que se encontram enfermos em um leito hospitalar. A proposta também prevê para o acompanhante obrigações de regras fundamentais que viabilizem a permanência no interior do estabelecimento.

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB), ao Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER, pedindo estudos de viabilidade de alargamento da rodovia entre os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Presidente da Telesc, para a implantação de telefonia rural nas localidades de Machados e Pinheiro Marcado, no município de Campo Belo do Sul.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Governador do Estado e ao Diretor da agroindústria Seara, pedindo que aquela empresa reavalie e não desative as granjas suínulas de terminação integradas no Sul do Estado.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Secretário da Saúde, indagando sobre como está sendo feito o repasse da CPMF ao Estado e quais os critérios estabelecidos para o repasse dos estados aos municípios.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, cumprimentando os dentistas catarinenses pela passagem do seu dia, comemorado em 25 de outubro.

Deputado Valmir Comin (PPB) à Secretária da Educação, para a transformação em Colégio Estadual da Escola Básica localizada no Bairro Aurora, em Içara.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Superintendente do Banco do Brasil para a efetivação de convênio com a Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina - Uneagro/SC.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Ministro da Justiça e à bancada catarinense no Congresso Nacional, para ser criada rubrica com previsão orçamentária para a construção de sede própria da Polícia Federal na cidade de Joinville.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a inclusão de dotação orçamentária no Plano Plurianual de Investimentos do Estado, para a reabertura da pavimentação da SC-453, no trecho Salto Veloso ao distrito de Hercílioópolis.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para a nomeação de mais um juiz de direito para o Fórum da Comarca do município de Fraiburgo.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente da República e à Direção da Embrapa, solicitando que seja firmado o acordo coletivo dos funcionários daquela empresa.

Epagri enfrenta deficiência técnica

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) fez uma indicação ao governador do Estado e ao secretário da Agricultura solicitando medidas no sentido de suprir a deficiência técnica advinda do Programa de Demissão Voluntária, através da reposição de profissionais na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - Epagri. Lembra que as atividades desenvolvidas pela empresa são de extrema valia ao desenvolvimento do Estado, representando a pesquisa, a orientação e a assistência aos agricultores, em especial

àqueles que têm sua atividade na agricultura familiar.

Segundo Mendonça, a partir do Programa de Demissão Voluntária possivelmente acontecerá a diminuição de seus quadros em aproximadamente 200 profissionais, sendo que destes, cerca de 100 são da área técnica agropecuária, com larga experiência. Trata-se de medida relevante, tendo em vista a necessidade da oxigenação do quadro de pessoal com menor custo, mas vislumbrando o repasse do legado especializado".

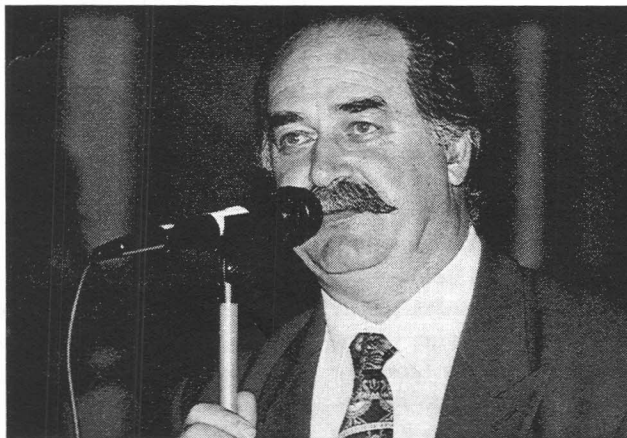
ESPECIAL

Titon eleito coordenador da Bancada do Oeste

Bloco suprapartidário foi formado por deputados estaduais para defender os interesses da região.

O deputado Romildo Titon (PMDB) foi eleito o coordenador da bancada do Oeste na Assembléia. A escolha ocorreu durante reunião realizada nesta semana, quando foram definidas as ações prioritárias que serão trabalhadas e defendidas em prol da região. O deputado Pedro Uczai (PT) vai responder pela secretaria.

Segundo Titon, os parlamentares pretendem direcionar suas ações em seis metas: o asfaltamento da BR-282, a liberação de mais recursos do Prodetur para a região, a efetivação da Ferrovia do Frango, a instalação do gasoduto e as obras da Bacia do rio Uruguai. O deputado do PMDB reclama que do orçamento previsto de aproximadamente R\$ 140 milhões do Prodetur para



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Romildo Titon

Santa Catarina, apenas 1,10% será aplicado na região Oeste.

Na reunião, os parlamentares decidiram elaborar um documento reivindicatório que será entregue ao deputado federal Renato Vianna (PMDB), relator do Plano Plurianual (PPA) do governo federal. A proposta é

que esse documento seja entregue, pessoalmente, ao deputado antes do final desta semana.

A bancada do Oeste também decidiu convidar o secretário do Desenvolvimento Econômico e do Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, para uma reunião, na

próxima semana, a fim de esclarecer o repasse dos recursos do Prodetur.

Reforço

Os deputados Gelson Sorgato, Herneus de Nadal, Narcizo Parisotto, Romildo Titon e Moacir Sopelsa, do PMDB, Milton Sander e Afonso Spaniol, do PPB, Pedro Uczai e Neodi Saretta do PT e Jorginho Mello, do PSDB, eleitos pela região Oeste, receberam reforço dos deputados Heitor Sché e Onofre Agostini do PFL, Jaime Mantelli do PDT, e Sandro Tarzan do PTB, que se propuseram a apoiar as reivindicações oestinas. Para o secretário Pedro Uczai, o apoio dos quatro deputados é bem vindo, porque "não podemos ficar restritos à posição geográfica de origem dos deputados".

CPI faz diligência no BESC

A CPI do BESC, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e que tem como relator o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), deu novo rumo aos trabalhos que investigam as causas que levaram o BESC à federalização.

Na segunda-feira 25, foi procedida uma diligência dos deputados que integram a Comissão, na sede administrativa do banco, na Capital. Os parlamentares foram recebidos pelo presidente do BESC, Víctor Fontana e pelos

demais integrantes da diretoria. O objetivo foi verificar "in loco" a totalidade dos CL's - Créditos em Liquidação e que, segundo dados do Banco Central e do próprio BESC totalizam R\$ 800 milhões. O relator disse que a CPI tomou conhecimento de 15 mil CL's já ajuizados. Dentro desse número, a diretoria do BESC afirma que 10 mil ocorreram após a implantação do Plano Real, que acabou com a ciranda financeira.

"A partir de agora uma

equipe de funcionários do banco cedida à CPI vai continuar acompanhando os CL's, para que possamos saber inclusive os que eram Créditos em Liquidação e que saíram por renegociação da dívida", afirmou Benedet. Mas segundo o relator, a informação mais importante já está nas mãos dos deputados, e se trata da lista dos 50 maiores devedores do banco. "Não vamos obter os nomes, mas já sabemos que cada um deles deve mais de R\$

1 milhão. Queremos saber em que condições foram concedidos esses empréstimos."

Depoimento

O Coordenador do Núcleo de Recuperação de Crédito do BESC, Aires Lopes, depôs na CPI do BESC, onde foi questionado sobre as diferenças dos números do banco e do Banco Central a respeito de auditoria feita em março deste ano. Lopes reiterou que durante reunião em Brasília foi acordado que os técnicos catarinenses poderiam contrapor os dados apresentados pelo BC. A sua equipe queria excluir da auditoria os empréstimos liquidados, mas em outra reunião em Florianópolis houve a determinação de que, caso existissem divergências, prevaleceriam os números apresentados pelo Banco Central.

Agenda

Dia 29, às 8 horas, audiência pública sobre produtos transgênicos, em Xaxim.

Local: Sociedade Recreativa Xaxiense

Dia 03, às 20 horas, mostra das artistas plásticas Içara Andreza, Ionice Peruzzo e Kátia Lisboa

Local: Galeria de Arte da Alesc

Dia 04, às 19 horas, lançamento do livro "Tão fortes quanto a vontade", de Nelma Baldin.

Local: Hall da Alesc